

Discussão para garantia dos títulos

por Maria Clara R.M. do Prado
de Tóquio

Dois pontos da proposta brasileira de renegociação da dívida externa são considerados pelos bancos credores como os mais importantes nas discussões internas que poderão redundar na apresentação de uma contraproposta ao governo brasileiro. Ambos os pontos estão ligados à questão do "enhancement" — garantia específica que valoriza os termos negociados — e em torno deles deverá haver ainda muita conversa: primeiro, o valor do "enhancement", que para os bancos não está claramente definido e, segundo, a inexistência de garantia para os juros dos bônus que embutem taxa de desconto de 37,5%.

"Nem as autoridades brasileiras nem os bancos internacionais têm idéia de como será produzido o dinheiro para o 'enhancement', observou ontem para este jornal o gerente-geral para a América Latina do Banco de Tóquio, Kazutoshi Hoshino. Há divergências quanto ao valor das garantias. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tem colocado a intenção do governo em apresentar garantias no valor de até US\$ 2 bilhões. O Banco de Tóquio acha pouco e estima entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões o montante necessário, incluindo aí a garantia de parte dos juros dos novos bônus, mas não existe ainda consenso entre os vários bancos credores japoneses sobre o valor do "enhancement".

Há, no entanto, consenso de que os juros devem ser garantidos, como ocorreu nos casos do México e da Venezuela. "Talvez as autoridades brasileiras não tenham muita coisa pronta e preparada para apresentar como 'enhancement'";

PRODUBAN — O Banco Central e o governo do Estado de Alagoas assinaram acordo sigiloso que permitiu a suspensão da intervenção no Banco do Estado de Alagoas (Produban), na Produban Crédito Imobiliário S/A e na Produban Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. (AG)

acho que neste momento não tem dinheiro, depende da discussão do futuro para conseguir um fundo de garantia com recursos que podem vir do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI)", atestou Hoshino, adiantando que o "enhancement" para cobertura dos juros é o mais importante ponto da discussão, na ótica dos bancos credores.

O gerente regional sênior do Banco de Tóquio, Akio Fukuda, considera a proposta apresentada pelo Brasil como razoável, mas acha que talvez seja otimista demais o pensamento do governo no sentido de dispensar a garantia para os juros. "O Brasil ficou tempo demais sem pagar juros e perdeu credibilidade com isso", disse Hoshino, adiantando que o México, em condições melhores, teve dificuldade para coletar dinheiro para o "enhancement". Ele previu que o Brasil terá mais dificuldades ainda pelo fato de ter chegado a uma situação bem pior do que a mexicana. O Banco de Tóquio, décimo maior credor do País com "exposure" de US\$ 1,249 bilhão, também não acredita no sucesso do "new money bond" junto aos bancos credores.

Fukuda deixou claro a este jornal que os bancos japoneses ainda não concluíram as discussões internas de modo a extrair uma posição comum sobre os diversos aspectos. O Banco de Tóquio tem assento no comitê assessor da dívida externa brasileira e lá desempenha a tarefa de representar o pensamento dos bancos japoneses.

QUESTÕES PENDENTES

Há questões de fundo ainda não colocadas à mesa, mas em torno das quais também se notam divergências:

• **juros correntes** — Fukuda levantou a questão dos juros correntes. "O governo brasileiro acha que o problema dos juros está resolvido, mas não necessariamente a comunidade bancária internacional considera assim", disse ele. No meio dos bancos, uma corrente acha que os juros vencidos desde janei-

ro deste ano e não pagos (70% dos juros devidos pelo setor público) devem ser incluídos nas discussões em torno do estoque de médio e longo prazos da dívida externa. Outros, defendem a posição de que a questão dos juros deste ano deve ser resolvida antes de se iniciar a discussão do principal.

• **juro de mora** — "Ainda não se definiu nada sobre o juro de mora referente aos atrasos deste ano", destacou Fukuda, ressaltando que o não recebimento de uma grande parcela dos juros causa prejuízo para os bancos. Hoshino lembrou que os depósitos daquela fatia dos juros no BC de nada adianta porque "não chegam a mim". Alguns bancos são de opinião de que o Brasil deveria negociar 100% dos juros deste ano, desde janeiro, a despeito de ter pago já 30% do valor. A renegociação da totalidade dos juros seria uma forma de compensar, entendem os bancos, o prejuízo incorrido pelo não recebimento do montante global. Fukuda lembrou que banco precisa receber de um lado para pagar a captação feita na outra ponta.

• **privatização** — Fukuda prevê que os bancos credores internacionais não manifestarão interesse em participar do leilão de ações da Usiminas, no próximo dia 24. O motivo da atitude, conforme opinou, estaria no desconhecimento dos bancos sobre a forma que tomará o pacote de renegociação brasileiro, quais os bônus, qual a taxa de desconto e qual a taxa de juro, de modo a que possa ser comparado com as condições da privatização, em especial a taxa de desconto de 25% prevista para qualquer tipo de papel da renegociação da dívida. Ele esclareceu que os bancos poderão participar do leilão por meio de suas subsidiárias ou filiais brasileiras, usando outro tipo de moeda (como o certificado de privatização ou cruzados novos retidos) que não os depósitos das amortizações retidas no Banco Central.

(Ver página 25)